

Redução gradual dos subsídios para a agricultura e exportação; cobrança antecipada do Imposto de Renda das instituições financeiras; extinção do limite quantitativo de crédito; e redução dos benefícios de funcionários de empresas estatais e de outras despesas de custeio dessas empresas. São essas, segundo o presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, as principais medidas do pacote que o governo deverá divulgar esta semana.

Ele ressaltou que havia conversado, por telefone, com os ministros da área econômica e "checado" as informações de que dispunha, antes de falar com a Imprensa. Mas uma dúvida ainda o afligia no começo da noite de ontem: ele não sabia se o governo, junto com o pacote, iria começar a desindexar a economia. "Se isso não for feito", disse, "as medidas poderão ter seus efeitos retardados".

Vidigal disse ainda — num dia cheio de frases de efeito — que "esse pacote não pode ser o penúltimo". Com relação à desindexação, afirmou: "Estou berrando até o último momento". Em seguida, ele apresentou a opinião oficial da Fiesp sobre o pacote:

"A Fiesp, por decisão da sua diretoria, apóia integralmente as medidas a serem adotadas, com uma condição: que a desindexação venha juntamente com o pacote".

Ressaltou ainda, em tom de brincadeira, que "50 cabeças pseudopensantes (a diretoria) não enxergam essas medidas sem a desindexação, a não ser que algum economista prove que nós estamos errados".

As medidas

Segundo Luís Eulálio, deverão fazer parte do pacote as seguintes medidas:

Agricultura: redução do custo do crédito de custeio de 40% da correção monetária para 70% da correção monetária mais 3% de juros para a região Norte-Nordeste e de 60% para 85% da correção monetária, mais 3%, para a região Centro-Sul. Essa redução de subsídio, segundo Vidigal, viria gradativamente e, até 1985, atingiria correção monetária integral mais 3% para a região Centro-Sul e 90% da correção monetária mais 3% para a região Norte-Nordeste.

Nos "projetos especiais" (Provárzea, Polonoreste, etc.), o índice atingirá 80% da correção monetária mais 3% em 1985, na região Centro-Sul, e 72%, no máximo, da correção monetária, mais 3%, também em 1985, no Norte-Nordeste.

Exportação: o crédito de financiamento para exportação, tipo 674, que hoje custa 40% da correção monetária, passará, a partir de outubro, para 70% da correção monetária, mais 3%. Ao mesmo tempo, estariam garantidos os incentivos fiscais diretos até abril de 1984.

Pequena e média empresa: o limite quantitativo de crédito poderá ser liberado a partir de outubro próximo, com a possibilidade de ocorrer antecipadamente para os setores privados.

Tributos: pagamento antecipado do Imposto de Renda, a partir de julho próximo,



Preocupação do empresário: o governo vai promover mesmo a desindexação?

para todas as instituições financeiras. Aumento de 10% no IR sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Redução do IOF de 4,8% para 1,5% em operações de financiamento, com exceção das destinadas a importações e, talvez, BNH e crédito ao consumidor.

Orçamento: extinção de vantagens pecuniárias que excedam o 13º salário para todos os funcionários públicos da administração direta ou indireta. E mais: redução das contribuições das empresas estatais para fundo de pensão dos funcionários e novos cortes nos orçamentos das estatais, principalmente na área de custeio e alguma coisa na área de investimentos.

Economia

Após fazer esse relato, Luís Eulálio disse que tudo isso tem de representar uma economia de, no mínimo, Cr\$ 1,5 trilhão, "mas o ideal seria pelo menos Cr\$ 2 trilhões".

Segundo Vidigal, o pacote deverá trazer, ainda medidas como um acréscimo no preço do açúcar de 33%; aumento máximo do trigo (que ele acha que será menor) de 60%; e aumento imediato dos derivados de petróleo de 55% (que ele também entende que deverá ser menor). Acrescentou ainda que, se o aumento de 55% fosse adotado, até o fim do ano a Conta-Petróleo estaria zerada, isto é, sem nenhum subsídio. Mas, para o mesmo ocorrer no caso do trigo, o aumento teria de ser de 190%.

"Aflito"

Luís Eulálio defendeu a introdução de um redutor no INPC e nas ORTN, dando como exemplo o percentual de 10%, como ocorreu com o aluguel. Procurou demonstrar que esse redutor seria muito menos prejudicial ao trabalhador assalariado que o acumulado na inflação durante os seis meses entre os reajustes. "É é com isso que eu estou aflito, porque o governo está sofrendo pressões políticas, emocionais e pouco lógicas. Acho que o pessoal não fez direito as contas", disse Vidigal.

Ele adiantou também que o pacote só vai funcionar a curto prazo se houver a desindexação, caso contrário os efeitos poderão ser mais demorados. Ele também lembrou que, sem a desindexação, o governo terá de jogar parte dos sacrifícios para a indústria e não vai poder dar preços mínimos ideais para agricultura, o que "atrasará a eficiência do pacote". Acrescentou também que isso não afetará o poder aquisitivo dos assalariados, já que a desindexação seria geral.

Ele disse suspeitar que o pacote poderá vir sem a desindexação. Disse também que ela não aliviaria a recessão, "mas também não a aprofundaria". Para Vidigal, o pacote, em termos de recessão, não mudará o panorama atual, "mas abre uma perspectiva para o futuro, pois, com essas medidas funcionando, vai ter gente pensando em investir mesmo, inclusive o governo".